

PROCESSOS MIGRATÓRIOS: MIGRAÇÕES E OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCEDIMIENTOS MIGRATORIOS: MIGRACIONES Y ASAMENTOS DE REFORMA AGRARIA DEL ESTADO DE TOCANTINS

MIGRATION PROCESSES: MIGRATIONS AND THE SETTLEMENTS OF AGRARIAN REFORM OF THE STATE OF TOCANTINS

Rosaly Justiniano de Souza Rocha

Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Nacional (TO), Brasil
rosaly.souza@hotmail.com

José Pedro Cabrera Cabral

Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Nacional (TO), Brasil
josepedro@uft.edu.br

RESUMO

O artigo propõe um estudo sobre a questão agrária que é uma discussão ampla e complexa, visto que a dinâmica do campo envolve várias questões. As migrações destacam-se nesse contexto como mecanismo de sobrevivência, devido às várias questões envolvendo o campo, como os conflitos agrários, a expansão do latifúndio, a pobreza rural, etc. Nosso objetivo é analisar os processos migratórios nos assentamentos de reforma agrária do Tocantins. Para este trabalho, foi realizada uma pesquisa empírica nos assentamentos de reforma agrária do Tocantins, onde foram aplicados 50 questionários e 05 entrevistas, além de um levantamento teórico sobre as migrações no Brasil.

Palavras-chave: Migrações; questão agrária; geopolítica; Tocantins; território.

ABSTRACT

This article proposes a study about agrarian question that is a wide and complex discussion, since the field's dynamics involves a lot of questions. Migrations stand out in this context as a survival mechanism, because the various issues involved in the field, like agrarian conflicts, the expansion of large estates, rural poverty, etc. Our objective is to analyze the migration process in the agrarian reform settlements of the Tocantins. For this paper, a empirical research was made out in the agrarian reform settlements of Tocantins, where 50 questionnaires and 05 interviews were applied, as well as a theoretical survey on migrations in Brazil.

Keywords: Migrations; agrarian issue; geopolitics; Tocantins; territory.

RESUMEN

El artículo propone un estudio sobre la cuestión agraria que es una discusión amplia y compleja, ya que la dinámica del campo involucra varias cuestiones. Las migraciones se destacan en este contexto como mecanismo de supervivencia, debido a las diversas cuestiones que involucran el campo, como los conflictos agrarios, la expansión del latifundio, la pobreza rural, etc. Nuestro objetivo es analizar los procesos migratorios en los asentamientos de reforma agraria de Tocantins. Para este trabajo, se realizó una investigación empírica en los

assentamientos de reforma agraria de Tocantins, donde se aplicaron 50 cuestionarios y 05 entrevistas, además de un levantamiento teórico sobre las migraciones en Brasil.

Palabras clave: Migraciones; cuestión agraria; geopolítica; Tocantins; territorio.

INTRODUÇÃO

A questão agrária é uma discussão complexa, tendo em vista que o campo possui uma dinâmica própria que envolve várias questões como: o agronegócio das *commodities*, os trabalhadores rurais, os assentados, os posseiros, cujas relações sociais são complicadas e muitas vezes conflituosas, onde os interesses são antagônicos. A questão agrária revela uma incansável disputa entre os que resistem em seus territórios e os que querem desterritorializar. As migrações destacam-se neste contexto como mecanismo de sobrevivência quando não há nem uma forma de permanecer no território de origem e a alternativa é procurar um outro território, um outro lugar, um outro espaço.

As migrações são recorrentes no Brasil e as questões econômicas estão entre as principais razões para estas migrações. Os fluxos migratórios brasileiros são contínuos e ocorrem de cidades para cidades, do campo para a cidade, da cidade para o campo e do campo para o campo, e assim são criados ou recriados novos territórios.

As migrações brasileiras fazem parte de um processo histórico cujas origens remontam ao período colonial, onde os exploradores portugueses migraram para o Brasil, apossaram-se das terras indígenas e estes precisaram buscar novos territórios. De uma forma diferente, essa busca por novos territórios continua a ocorrer, agora também com os camponeses que são compelidos pelo agronegócio de *commodities*.

Os movimentos migratórios, muitas vezes, estão relacionados ao capitalismo que, produz o desenvolvimento geográfico desigual. O neoliberalismo resulta na expropriação e privatização da terra e dos recursos naturais e consequente expulsão de populações camponesas de seus lugares de origem, obrigando-os a procurarem novas alternativas de vida. As migrações muitas vezes tornam-se a única alternativa, visto que, essas populações camponesas muitas vezes precisam encontrar novos espaços para a sobrevivência (HARVEY, 2011).

A maioria dos estudos sobre as migrações envolvem principalmente campo-cidade, entretanto, neste trabalho faremos um estudo sobre as migrações campo-campo, principalmente nos assentamentos de reforma agrária nosso objeto de estudo. A pesquisa empírica foi realizada entre 2015 e 2016 em assentamentos de reforma agrária no estado do Tocantins, contando com 50 questionários e 05 entrevistas. Os questionários foram estruturados e entre as perguntas estavam as seguintes indagações: idade, naturalidade, local

de residência e tempo de residência. Através desses questionamentos nos foi possível fazer um levantamento entre as mulheres que participaram da pesquisa, quantas passaram por migrações. Além de questionários foram realizadas 5 (cinco) entrevistas, como metodologia para a realização das entrevistas utilizamos a História Oral Temática, e como recurso foram elaborados roteiros pré-estabelecidos para delimitarmos os temas a serem abordados durante as entrevistas, entretanto, à medida que as entrevistas fluíam, surgiam novos questionamentos embora existisse um roteiro pré-estabelecido.

As migrações não estavam entre os objetivos principais da pesquisa a princípio, entretanto, o tratamento dos dados nos possibilitou verificar o grande número de migrações nos assentamentos de reforma agrária do Tocantins, o que proporcionou a realização deste trabalho sobre as migrações nos assentamentos de reforma agrária do Tocantins. Ressaltamos que esta pesquisa foi realizada com mulheres tendo em vista que os resultados que apresentaremos fazem parte da pesquisa de mestrado cujo objeto foi o Programa Bolsa Família e considerando que maior parte das beneficiárias do programa são mulheres.

ASPECTOS HISTÓRICOS DAS MIGRAÇÕES NO BRASIL: BREVE ANÁLISE DAS MIGRAÇÕES NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Os fluxos migratórios fazem parte da história da humanidade e eles ocorrem por diversos fatores. Na América Latina esses fluxos foram mais intensos ao longo dos séculos XIX e XX, principalmente entre 1880 e 1930 e a grande maioria dos migrantes eram europeus. Os países europeus entre 1880 e 1930 passaram por transformações demográficas que ocasionaram o crescimento populacional que associado às mudanças decorrentes da Segunda Revolução Industrial influenciaram as emigrações europeias. O Brasil foi um dos países da América Latina que receberam grande quantitativo de migrantes europeus, o governo brasileiro deu incentivos as migrações europeias tendo em vista a troca de mão de obra escrava por trabalhadores livres e brancos (RODRIGUES e SILVA, 2017).

Segundo Rodrigues e Silva (2017) embora a maior parte das pesquisas referentes aos fluxos migratórios estejam concentradas nas regiões Sul e Sudeste, a região Norte do Brasil também recebeu grandes contingentes de migrantes vindos da Europa. Entre os atrativos da região estão às questões culturais, uma vez que, o Norte do Brasil localiza-se em uma região de fronteiras, fator que favorece a intensificação da circulação cultural, que compreende vários ciclos migratórios, com migrantes vindos da Europa, da América do Sul, além dos migrantes internos. Conforme Rodrigues e Silva (2017) “a fronteira é um lugar singular de

passagem, mas também de encontros culturais e de relações de identidade. Essa percepção como espaço de contato remete à ideia de movimento e de trocas” (RODRIGUES e SILVA, 2017, p. 60).

As questões que envolvem os processos migratórios são múltiplas, e as migrações estão intimamente ligados à geopolítica. Para Becker (2005) a compressão da geopolítica é importante para compreensão do povoamento da Amazônia Brasileira. Esta autora define geopolítica como “um campo de conhecimento que analisa relações entre poder e espaço geográfico”. Segundo ela, o controle da Amazônia Brasileira se deu através da geopolítica desde a época colonial e se estende até a atualidade. A Coroa portuguesa não tinha recursos econômicos e população para povoar e ocupar a região, entretanto, Portugal conseguiu manter a Amazônia através de estratégias de controle do território. Para Becker “a geopolítica foi mais importante do que a economia no sentido de garantir a soberania sobre a Amazônia” (BECKER, 2005, p. 71).

Lima e Sousa (2012) para explicar a geopolítica da Amazônia remetem-se a geopolítica clássica de Friedrich Ratzel, que define o tamanho da população e do território como importantes no equilíbrio do Espaço Vital¹. Para os autores a propagação dos ideais de Ratzel foram inseridos no Brasil de forma não crítica, todavia, a criticidade é necessária para melhor entendimento e prática da teoria. Segundo eles “no Brasil, as teorias geopolíticas são trazidas pelos militares, à dimensão territorial, a localização da capital, as forças centrípetas e centrífugas são temários das preocupações geopolíticas em nosso país”. Para a geopolítica popularizada no Brasil, “o grande espaço territorial apresenta-se pouco útil se estiver mal distribuído e, se não houver aproveitamento racional da área, apresentar-se-á mal administrado” (LIMA e SOUSA, 2012, p. 22).

Na perspectiva da geopolítica o processo de ocupação da Amazônia evidencia que muitas cidades tiveram suas origens relacionadas a objetivos militares, principalmente durante os séculos XVII e XVIII. E as políticas territoriais do regime militar deram continuidade a essa geopolítica, que tinha como objetivos preservar as fronteiras internacionais e incorporar a economia amazônica ao território nacional. Os fluxos migratórios para a Amazônia são de múltiplas origens, cujos interesses são plurais. Lima e Sousa (2012) “a possibilidade de captação de recursos, investimento na infraestrutura e o desenvolvimento de atividades

¹ O conceito de Espaço Vital foi criado a partir da concepção de Determinismo Geográfico de Friedrich Ratzel. O espaço vital seria as condições espaciais e naturais para a manutenção ou consolidação do poder do Estado sobre o seu território. As populações que possuísse um melhor espaço vital estariam aptas a se desenvolver e a conquistar outros territórios (MORAES, Antônio Carlos Robert. Geografia: Pequena História Crítica. 20. ed., São Paulo: Annablume, 2005).

econômicas são estimuladores do processo de povoamento e por sua vez de segurança e posse do território na visão dos geopolíticos tradicionais” (LIMA; SOUSA, 2012, p. 24).

Sobre as políticas de povoamento do Brasil destacamos a atuação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, que criou o Serviço de Povoamento do Solo Nacional (no período entre 1907 e 1930), responsável pelas políticas federais de imigração e colonização, cujo principal objetivo era “introduzir os imigrantes no interior do Brasil, como pequenos proprietários rurais, determinando o povoamento do solo nacional” (RODRIGUES e SILVA, 2017, p. 70). É importante ressaltar ainda que em 1938 o governo de Getúlio Vargas lança a marcha para Oeste, cujo objetivo era proteger o território nacional com o povoamento do interior do Brasil.

Com a recuperação da economia da Europa no Pós-Segunda Guerra Mundial houve uma considerável diminuição nas imigrações europeias. E a partir da década de 1940 com o novo ciclo da borracha no Amazonas as migrações internas se intensificam, com migrantes vindos principalmente da Região Nordeste.

Ainda sobre o povoamento da região Amazônica, ressaltamos que a década de 1960 pode ser considerada como marco teórico para as discussões sobre a questão agrária brasileira, isso ocorre porque nesse período entre as décadas de 1950 e 1960 as ligas camponesas ganham projeção nacional e as discussões sobre a questão agrária se intensificam (OLIVEIRA, 2001). E neste contexto a partir do golpe militar de 1964 a ocupação da Amazônia torna-se prioridade. Nesse período o governo militar desenvolve estratégias de controle político sobre o espaço amazônico, com a implantação de redes de integração nacional, como a rede rodoviária, a rede de telecomunicação, a rede hidrelétrica (BECKER, 2001).

Martins (1996) observa que a ocupação territorial da Amazônia Brasileira ocorreu de forma mais intensa durante o período da ditadura militar entre 1964 e 1985. Para o autor a ocupação aconteceu de forma intensa, rápida e violenta, uma vez que, muitos indígenas e camponeses foram expulsos de suas terras, e esta seria parte de um amplo programa de ocupação econômica da Amazônia Brasileira. Todavia, a ocupação amazônica tinha além de objetivos econômicos, propósitos geopolíticos, já que, a preocupação principal era o preenchimento de espaços vazios teoricamente. Teoricamente porque esta região já era habitada por indígenas e camponeses que foram expulsos, e estes acabaram dando lugar aos latifundiários com suas pastagens, às estradas e outras obras. Os militares tinham medo de uma expansão do comunismo na região que até então estava distante de seu domínio e por

este motivo incentivaram a ocupação da região amazônica por latifundiários e iniciaram a construção de obras (MARTINS, 1996).

A prioridade de ocupação da Amazônia ocorreu por vários motivos, dentre os quais, a solução para tensões sociais derivadas da expulsão de pequenos produtores do Nordeste e Sudeste causadas pela modernização da agricultura, a chamada Revolução Verde, visto que, muitos desses pequenos produtores foram atraídos para a região Amazônica. As questões da segurança nacional também estavam entre as prioridades de ocupação da Amazônia, já que os militares ficaram receosos que na região se desenvolvessem focos revolucionários. Para dar suporte ao projeto de ocupação da Amazônia foram criadas ou modernizadas instituições como: o Banco de crédito da Borracha é transformado em Banco da Amazônia (BASA), e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) é transformada na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), foram criadas também a Zona Franca de Manaus e a Transamazônica. A ocupação da Amazônia Brasileira foi um projeto geopolítico nacional que teve como objetivo principal maior domínio do território brasileiro (BECKER, 2005). O projeto de ocupação da Amazônia teve resultado no sentido de atrair pessoas oriundas do Brasil inteiro, principalmente do Nordeste.

Além do processo migratório intenso incentivado pelos governos militares, existe também um processo migratório mais lento, porém constante na Região Norte brasileira. Os migrantes deslocaram-se de todas as regiões do país por diversos motivos. Destacamos os nordestinos em especial, já que, as migrações do Nordeste são bastante numerosas, dentre os principais motivos das migrações desta região está a grande seca. Muitas pessoas migram para a Região Norte² devido à grande abundância de água, além das expectativas de novas possibilidades.

QUESTÃO AGRÁRIA E MIGRAÇÕES

Embora a reforma agrária esteja relacionada com a questão agrária, estes são temas diferentes apesar de estarem relacionados. A questão agrária é uma questão territorial, e a “reforma agrária é uma política territorial que serve para minimizar a questão agrária”. A questão agrária, segundo Fernandes (2008), é um “problema estrutural do capitalismo”, que causa desigualdades. Os conflitos fazem parte da questão agrária devido às relações de exclusão, expropriação, desigualdades causadas pelo capital (FERNANDES, 2008, p. 74). A

² A Região Norte é composta pelos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

questão agrária é bastante complexa, pois envolve uma série de discussões e podem ser abordadas sob diversos aspectos. De acordo com Stedile (2012) vários campos das ciências humanas estudam a questão agrária, e cada forma de abordagem pode ser diferente.

A concentração de terras promove uma estrutura fundiária aglutinada, onde a maioria da população rural não tem acesso à terra, perpetuando assim a pobreza no meio rural brasileiro que é um dos pontos que envolve a questão agrária. A pobreza é uma das grandes promotoras das migrações no Brasil. Para Oliveira (2001), existe uma lógica contraditória no desenvolvimento capitalista, pois esse desenvolvimento que concentra a terra, também empurra a população para lugares distantes de sua terra de origem e gera cada vez mais pobres e miseráveis. As migrações estão entre as principais características da população brasileira. Segundo Oliveira (2001):

A maioria dos filhos dos camponeses, cujas propriedades tenham superfície inferior a 10 hectares, jamais terão condição de se tornar camponeses nas terras dos pais. A eles caberá apenas um caminho: a estrada. A estrada que os levará à cidade, ou a estrada que os levará à luta pela reconquista da terra (2001, p. 188).

As migrações no Brasil são recorrentes desde a colonização, com a vinda dos portugueses para o país. As migrações internas, por exemplo, estão relacionadas principalmente com os ciclos econômicos brasileiros, historicamente podemos observar a mudança dos movimentos migratórios da região Nordeste para Minas Gerais e Goiás com o final do ciclo da cana-de-açúcar naquela região e início do ciclo do ouro em Minas e Goiás. Muitos migrantes foram atraídos para a região Norte durante ciclo da Borracha. E o ciclo do café e posterior processo de industrialização impulsionaram as migrações para o Sudeste. Através da história podemos observar como os fluxos migratórios acompanharam os ciclos econômicos do Brasil.

O processo de industrialização acentuou o êxodo rural no Brasil. A pobreza, a concentração de terras pelos latifundiários, somados a falta de serviços básicos como saúde e educação, motivaram a partida da população rural para as cidades que foram em busca de emprego com perspectivas de melhorar seus padrões de vida, além acreditarem que o acesso à saúde e à educação seriam mais fáceis do que no meio rural.

Oliveira (2001) observa que a população rural cresceu até 1970, e decresceu a partir desse período. Podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 1 - Quantidade de migrantes

Grandes Regiões e Unidades da Federação	1960 Rural	1970 Rural	1980 Rural	1991 Rural	2000 Rural	2010 Rural
BRASIL	38.987.526	41.603.839	39.137.198	36.041.633	31.835.143	29.830.007
Região Norte	1.888.792	2.404.090	3.368.352	4.325.699	3.890.599	4.199.945
Tocantins	270.551	402.770	442.450	389.321	296.998	293.339

Fonte: IBGE³

A tabela nos mostra ainda que a população rural embora tenha decrescido no Brasil a partir da década de 1980, na Região Norte ocorreu o contrário, a população rural cresceu, tendo um decréscimo nos anos 2000, mas voltou a crescer, conforme mostra a censo de 2010. O Tocantins, também apresentou crescimento em sua população rural até a década de 1980 e decresceu a partir de 1991. O decréscimo da população rural do Tocantins destoa do que ocorreu com a Região Norte de uma forma geral. Esse fenômeno pode ser explicado devido à criação do estado, que ocorreu em 1988, o que pode ter atraído a população do campo para as zonas urbanas, que a partir de então passaram a ser interessantes para muitos considerando às novas possibilidades que o novo estado passou a oferecer.

Mesmo o censo tendo mostrado decréscimo na população rural do Tocantins a partir de 1991 observamos através da pesquisa empírica que o estado também é um atrativo para população rural, visto que, houve grande número de migrações entre as entrevistadas, pois algumas delas vieram de outros estados brasileiros. De acordo com Oliveira (2001), a população rural brasileira, teve crescimento absoluto, em alguns municípios brasileiros, embora de forma geral tenha diminuído. Para o autor, os novos assentamentos rurais derivados da Reforma Agrária estão na origem desse crescimento da população rural. “Movendo-se pelo país numa verdadeira aventura retirante, como tem afirmado D. Pedro Casaldaglia, os camponeses brasileiros, a seu modo, foram se inserindo no campo” (OLIVEIRA, 2001, p. 188).

O processo migratório relaciona-se com a dinâmica de ocupação de terras, onde o latifúndio condiciona a população camponesa à migração. À medida que o latifúndio se expande, expulsa os camponeses, que são obrigados a procurar novos territórios, novos lugares, novos espaços, muitas vezes, em terras distantes das de origem. As migrações provocam além de um deslocamento geográfico, elas são responsáveis por uma profunda transformação sociocultural nos indivíduos migrantes que precisam se adaptar a novas

³ Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>. Acesso em: 08 jul. 2017.

realidades, novas culturas e novos territórios. É necessário destacarmos que as dificuldades impulsionam muitos camponeses para as cidades, entretanto, muitos camponeses optam por resistir no meio rural mesmo que tenham que sair da sua terra de origem. Milton Santos (2001) assinala que o território não é neutro nem pacífico, pelo contrário é dinâmico e “o espaço geográfico não apenas revela o transcurso da história como indica a seus atores o modo de nela intervir de maneira consciente” (SANTOS, 2001, p. 39). O território torna-se mais auspicioso para a fixação dos migrantes conforme o processo de desenvolvimento das técnicas nele empregadas.

O território envolve a interação entre o espaço e a ação humana, onde há um processo cotidiano de construção social. Além disso, é também o lugar de atuação das relações de poder e dominação e de relações entre homem e natureza. Cada lugar possui uma história com suas próprias especificidades. Sendo o território uma construção social, que dá origem a um conjunto de relações que formam a identidade de um lugar, onde múltiplos atores sociais públicos e privados negociam os conflitos de interesses, a identidade dá sentido ao projeto de desenvolvimento desse espaço, por meio de interesses comuns a maioria (SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, 2004).

Santos (2002) define território da seguinte maneira,

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise (2002, p. 7).

Para Santos (2002), o território se confunde com a ideia de espaço e deve ser entendido como espaço habitado onde há um conjunto de relações sociais. O território na concepção deste autor é o “chão mais a identidade”, ou seja, a terra mais as relações sociais que formam a identidade do local, onde as pessoas habitam, onde ocorre a convivência social com trocas materiais e imateriais.

Os migrantes quando chegam em uma nova terra, precisam se adaptar as novas relações sociais que fazem parte do lugar onde são inseridos. Alguns migrantes vivem em constante deslocamento, que pode ser explicado como fuga da pobreza ou como resultado da expansão do agronegócio que vai crescendo e expulsando o camponês, que não vê outra alternativa a não ser migrar para novos espaços em busca de melhores condições de vida e de uma porção de terra onde possa se fixar. Para muitos migrantes os novos assentamentos rurais

são novas chances de melhorarem suas condições de vida. E esse novo espaço é carregado de significados, significa a conquista de um pedaço de terra e traz consigo novas perspectivas.

Para Cunha (2005) as migrações são um fenômeno complexo cujas expressões espaciais e temporais são múltiplas, por esse motivo não possuem uma definição única. Os fluxos migratórios apresentam características semelhantes, que normalmente são atribuídas a vários fluxos, cada migração também apresenta uma singularidade que se relaciona a aspectos históricos e culturais, que podem ser analisados sob diferentes perspectivas.

Para Becker (2003) a migração relaciona-se com a mobilidade espacial, além de provocar mudanças nas relações sociais, nas relações de produção e nas relações com o ambiente físico. As migrações são resultado de fatores histórico-estruturais, onde o processo migratório pode ser visto como resultado da situação econômica, social e política vigente.

MIGRAÇÕES NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA DO TOCANTINS

O Tocantins é o estado mais novo da federação brasileira. Foi criado em 05 de outubro de 1988, pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Brasileira em seu artigo 13, que determinou o desmembramento do estado de Goiás em duas partes. O mesmo artigo em seu parágrafo primeiro define que o novo estado integra a Região Norte do país e limita-se ao sul com Goiás, a leste com o Piauí, a nordeste com Maranhão, a sudeste com Bahia, a noroeste com Pará e a sudoeste com Mato Grosso. Possui uma extensão territorial de 277.720,569 km², dividido em 139 municípios, sendo a capital do estado - Palmas. A população estimada pelo IBGE no ano de 2016 foi de 1.532.902.

No estado do Tocantins, podemos observar um constante fluxo migratório, isso pode ser explicado pelo fato do estado ser o mais novo da federação tendo em vista às expectativas criadas em torno das novas possibilidades e as esperanças. Ao longo de nossa pesquisa observamos considerável quantidade de migrantes. A pesquisa mostrou que, ao abordar o Tocantins é importante discutir sobre as migrações no estado, visto que, é notório que grande parte da população tocaninense é formada de migrantes. A princípio as migrações não eram objetivo da pesquisa, visto que esta pesquisa foi realizada para a elaboração da dissertação de mestrado, porém quando analisamos os questionários verificamos um grande número de migrações e observamos que era necessário fazer algumas considerações sobre as migrações nos assentamentos de reforma agrária do Tocantins.

Conforme dados do IBGE (2010) o estado do Tocantins possui 435.408 mil migrantes, somando um percentual de 31% da população tocantinense; a maioria dos migrantes são oriundos da região nordeste, sendo 228.941 mil migrantes desta região, cujo percentual chega a 52%; e o Estado brasileiro com maior quantidade de migrantes para o Tocantins é o Maranhão com 138.126 mil, cujo percentual chega a 31%. O Estado do Goiás é o segundo estado em número de migrantes contando com 87.336 mil. Os dados do IBGE (2010) vão de encontro com nossa pesquisa empírica, pois na pesquisa também foi revelado que o maior número de migrações interestaduais nos assentamentos de reforma agrária é oriundas do Maranhão.

As participantes da pesquisa residem nos seguintes municípios: Palmas 02, Monte do Carmo 01, Porto Nacional 05, Tocantínia 02, Nova Olinda 01, Dois Irmãos 01, Caseara 01, Araguatins 02, Esperantina 02, São Bento do Tocantins 01, São Sebastião 01, Augustinópolis 21, Dianópolis 10. Totalizando 50 questionários que foram aplicados em 13 municípios do Tocantins distribuídos de norte a sul do estado. Estes questionários foram aplicados em diferentes assentamentos de reforma agrária, embora alguns assentamentos pertençam a um mesmo município. Em Augustinópolis foram aplicados questionários em 05 assentamentos, em Dianópolis em 03 assentamentos, em Porto Nacional em 04 assentamentos, em Araguatins 02 assentamentos, em Palmas 02 assentamentos, totalizando 16 assentamentos. Esta pesquisa foi realizada com mulheres com idade média entre 21 e 59 anos, no período de junho de 2015 e junho de 2016. É importante frisar que a pesquisa foi realizada com mulheres tendo em vista que um dos objetivos da pesquisa de mestrado era o Programa Bolsa Família e considerando que a maioria das beneficiárias do programa são mulheres.

Ressaltamos que foram aplicados 50 (cinquenta) questionários estruturados com perguntas abertas e fechadas. Além de 05 (cinco) entrevistas, como metodologia para a realização das entrevistas utilizamos a História Oral Temática, onde utilizamos como recurso roteiros pré-estabelecidos para delimitarmos os temas a serem abordados durante as entrevistas, que foram gravadas e transcritas.

Após tabular os dados dos questionários, a naturalidade das participantes nos chamou a atenção. Segue o quadro com a naturalidade e a quantidade de pessoas naturais de cada cidade:

Quadro 1 – Naturalidade e Migrações

Cidade	Estado	Quantidade de Pessoas
Porto Nacional	Tocantins	05
Gurupi	Tocantins	01
Araguacema	Tocantins	01
Miracema	Tocantins	01
Tocantinópolis	Tocantins	01
Esperantina	Tocantins	01
Augustinópolis	Tocantins	03
Axixá do Tocantins	Tocantins	03
Sítio Novo do Tocantins	Tocantins	01
Araguatins	Tocantins	01
Itaguatins	Tocantins	01
Taguatinga	Tocantins	01
Carrasco Bonito	Tocantins	01
Dianópolis	Tocantins	06
Teresina	Piauí	01
-	Piauí	01
São João da Serra	Piauí	01
Ibubi	Pernambuco	01
Exu	Pernambuco	01
Governador Acha	Maranhão	01
Sucupira do Norte	Maranhão	01
Graça Aranha	Maranhão	01
Açailândia	Maranhão	01
Esperantinópolis	Maranhão	01
Imperatriz	Maranhão	01
Luís Eduardo	Bahia	01
Barreiras	Bahia	02
Santa Tereza	Goiás	01

Fonte: Elaboração própria, dados da pesquisa empírica.

De todas as entrevistadas, 06 mulheres não responderam a naturalidade. Totalizando 28 mulheres naturais do Tocantins, 03 do Piauí, 02 do Pernambuco, 06 do Maranhão, 03 da Bahia e 01 de Goiás. Observou - se que das 44 mulheres que declaram a naturalidade 14 residem nos municípios onde nasceram, 15 migraram dentro do estado do Tocantins e 15 vieram de outros estados brasileiros. Observa-se que o número de migrações é significativo,

considerando o número de participantes da pesquisa. Ou seja, das 44 que declararam a naturalidade apenas 14 não migraram, sendo assim, podemos observar que aproximadamente 68% das pesquisadas migraram, sendo que a metade destas migrações são de outros estados, ou seja, 34% de migrações estaduais e 34% de migrações interestaduais. A maior parte das entrevistadas que eram migrantes interestaduais, são nordestinas.

Estes dados comprovam que a maior quantidade migrantes nos assentamentos de reforma agrária do estado Tocantins são oriundos da região Nordeste. Este fator está relacionado principalmente com a questão econômica, considerando que as migrações no Brasil estão historicamente ligadas aos ciclos econômicos do país. Segundo Oliveira (2001) os novos assentamentos de Reforma Agrária atraem camponeses vindos de todos os lugares, que se movimentam pelo país em busca de continuarem inseridos no campo. E a região Nordeste devido à falta de água no sertão e a grande pobreza derivada de vários fatores produz grande quantidade de emigrantes. Os dados desta pesquisa nos mostram que muitos migrantes optam por resistir no meio rural mesmo que tenham que sair da sua terra de origem, seja migrando para outra cidade ou até mesmo para outro estado.

No quadro abaixo podemos observar o perfil das migrantes pesquisadas. Mulheres entre 24 e 54 anos, que residem em várias cidades do estado cujo tempo de residência varia entre 04 e 20 anos. A maioria das pesquisadas estão no estado a mais de dez anos, sendo que 07 se autodeclararam negras, 06 pardas, 01 branca e 01 amarela⁴. 14 migrantes são da Região nordeste e 01 da Região Centro-Oeste. Sendo 06 do Maranhão, 02 de Pernambuco, 03 do Piauí, 03 da Bahia e 01 de Goiás.

Quadro 2 – Perfil das migrações

Idade	Naturalidade	Mora	Cor	Tempo de residência
4 anos	Imperatriz - MA	Palmas - TO	Preta	10 anos
4 anos	Santa Tereza - GO	Porto Nacional - TO	Preta	11 anos
2 anos	Exu - PE	Nova Olinda - TO	Branca	6 anos
3 anos	Esperantinópolis - MA	Augustinópolis - TO	Parda	16 anos
4 anos	Teresina - PI	Augustinópolis - TO	Preta	10 anos
	Estado Piauí	Augustus	Preta	15 anos

⁴A pesquisada que se autodeclarou amarela não possuía traços orientais, observamos nesse caso uma confusão da participante com relação a sua cor. Fator que pode ser explicado não pelas categorias das características etno-raciais da população brasileira classificada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mas sim pelo conceito popular de quem tem a pele amarelada devido a palidez (decorrente de muitas vezes de anemia) é considerado amarelo.

8 anos		tinópolis - TO		
7 anos	Ibubi - PE	Augusti nópolis - TO	Parda	4 anos
5 anos	Governador Acha - MA	Augusti nópolis - TO	Amarela	20 anos
1 anos	Sucupira do Norte - MA	Augusti nópolis - TO	Preta	10 anos
7 anos	São João da Serra - PI	Augusti nópolis - TO	Parda	11 anos
8 anos	Graça Aranha - MA	Augusti nópolis - TO	Parda	15 anos
0 anos	Açailândia - MA	Augusti nópolis - TO	Parda	15 anos
8 anos	Luís Eduardo- BA	Dianópolis - TO	Preta	20 anos
5 anos	Barreiras - BA	Dianópolis - TO	Parda	10 anos
0 anos	Barreiras - BA	Dianópolis - TO	Preta	10 anos

Fonte: Elaboração própria, dados da pesquisa empírica.

Através dos dados da pesquisa podemos observar ainda que a grande maioria das mulheres que participaram da pesquisa estão a mais de 10 anos no mesmo lugar. Isso só confirma que o maior desejo dos camponeses é possuir um pedaço de terra para se fixarem, onde possam trabalhar e garantir o sustento de suas famílias. As migrações só ocorrem quando cessam todas as possibilidades de continuar no lugar de origem.

Em estudo realizado por Justo e Silveira (2008) eles observaram que os migrantes que se destinavam às regiões Nordeste e Norte eram na maioria pardos e negros com baixos níveis de escolaridade. “Diferentes condições de mercado de trabalho ou econômica e de bem-estar social nas unidades da federação de origem podem influenciar a decisão de migração e escolha da região de destino para além das características pessoais dos indivíduos” (JUSTO; SILVEIRA, 2008, p. 10). Para Justo e Silveira (2008) “pertencer a uma UF de origem economicamente menos próspera aumenta a probabilidade de migração para as regiões Norte, Nordeste e Sudeste e diminui a probabilidade de migração para o Sul e Centro-Oeste do país” (JUSTO; SILVEIRA, 2008, P. 16).

Também observamos que a grande maioria das mulheres migrantes que participaram da nossa pesquisa realizada em assentamentos de reforma agrária do Tocantins são pardas e pretas, o que vai de encontro com o resultado do estudo realizado por Justo e Silveira (2008). Para Martins (1984) o movimento da população pode ser interpretado como uma expulsão do indivíduo tanto da cidade quanto do campo, que busca melhores condições de vida em outros espaços que não são os seus de origem, e não como um movimento voluntário.

As migrações no Brasil são bastante comuns e adquirem certa relevância na dinâmica econômica e social, visto que, essas migrações muitas vezes são responsáveis pela ascensão social de muitos migrantes. Para Lima e Vale (2001), o ímpeto de migrar faz parte da organização da sociedade brasileira e do espaço nacional, é um fato histórico. A estratificação social é a principal responsável por esta cultura migratória brasileira. As pessoas buscam melhores condições de vida, migram para lugares onde a possibilidade de êxito desta ascensão exista, mesmo que sejam pequenas. Contudo, muitas vezes estes migrantes terminam não encontrando o resultado esperado (LIMA; VALE, 2001).

Entre as principais causas de migrações no Nordeste Brasileiro estão a estrutura social, econômica e fundiária, as relações de poder, o desemprego, os assentamentos rurais, além de fatores políticos, econômicos e sociais aliados à seca e à falta de perspectivas para jovens que nascem na região semiárida (LIMA; VALE, 2001). A criação do estado do Tocantins, com a Constituição de 1988, impulsionou o fluxo migratório para esta região, devido às possibilidades de melhoria nas condições de vida e possível ascensão social com a criação do estado que se tornaram maiores que em outros estados brasileiros.

As pessoas estabelecidas não se mostraram com interesse de mudar, nem mesmo para a cidade. As mulheres mesmo sendo jovens, não têm interesse de sair do campo e pelo contrário, têm vontade de transformar e melhorar as condições do lugar em que vivem. Quando perguntamos a uma das entrevistadas se ela sairia do lugar onde mora para outro lugar, ela respondeu:

Não, acho que não, porque lá é muito perto da cidade, porque se eu precisa de uma coisa pode comprar na cidade, então eu acho que não teria necessidade, já que hoje os incentivos são voltados para as pessoas continuarem no campo. Eu quero me formar na área técnica justamente para não sair do campo (Entrevista realizada em 09 de julho de 2015).

Nesta fala, observamos uma conscientização sobre as vantagens de permanecer no campo. O êxodo rural pode provocar problemas ainda mais graves do que os problemas do campo, como: falta de moradia, falta de alimentação, falta de trabalho, subemprego, periferização. A entrevistada avalia as vantagens de continuar no campo considerando que mesmo com as dificuldades, suas possibilidades são maiores. Nas cidades, há segregações sócio espaciais que são constituídas por uma sociedade de classes que vão ao extremo, pessoas extremamente ricas e pessoas extremamente pobres. Embora na zona rural isso também exista, as possibilidades de produção, subsistência e posse da terra, são maiores, logo, sair do campo para a cidade é um risco muito grande, principalmente quando o acesso aos bens na cidade é fácil como é o caso da fala da entrevistada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capitalismo se expande no campo através da venda da terra, que é comprada para ser explorada ou vendida, onde o objetivo é sempre o lucro. Diante da exploração agrária surgem os conflitos entre os grandes latifundiários que estão sempre em busca de vantagens financeiras, não se preocupando com questões sociais, e os camponeses que, muitas vezes compelidos de suas terras, partem em busca de melhores condições de vida para si e suas famílias. Estes na maioria das vezes precisam conquistar novas terras e terminam se envolvendo em conflitos agrários para que possam se estabelecer em um novo território.

O “desenvolvimento geográfico desigual” mencionado por Harvey (2011) produz muitos movimentos migratórios, onde as migrações muitas vezes tornam-se a única alternativa, visto que, essas populações camponesas muitas vezes precisam encontrar novos espaços para a sobrevivência.

Através desta pesquisa observamos que os assentamentos de reforma agrária do Tocantins são espaços de conquista e muitos dos assentados são migrantes. Eles são oriundos de vários estados brasileiros ou de várias regiões do estado, que saem de seu lugar de origem em busca de novas possibilidades para se estabelecer. As pessoas já estabelecidas não mostraram interesse em sair dos lugares onde estão, a conquista da terra e da sobrevivência através da terra se mostraram suficientes para estas pessoas permanecerem onde estão. A renda per capita varia entre 27 e 466 reais. Mas mesmo com uma renda tão baixa eles não mostram interesse de irem para os centros urbanos. O objetivo dessas pessoas era ter um lugar para se estabelecerem após atingirem este objetivo, o novo objetivo passa a ser trabalhar para se manter onde estão e não precisar mais migrar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. *In: Estudos Avançados*. vol.19 no.53 São Paulo Jan./Apr. 2005. Disponível em: <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper05.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

CUNHA, José Marcos Pinto. Migração e Urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para a análise. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo. Vol. 19, nº 4, 2005

FERNANDES, Bernardo M. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Boletim DATALUTA** – Artigo do mês, dez. 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/OUTROS/04mancano.pdf> . Acesso em: 22 ago. 2018.

HARVEY, David. Neoliberalismo como destruição criativa. *In: InterfacEHS-Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade*, v. 2, n. 4, 2011. Disponível em: <http://www.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/trad-2007.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2015.

JUSTO, W. R.; SILVEIRA NETO, R. M. **Quem são e para onde vão os migrantes no Brasil? O Perfil do Migrante Interno Brasileiro**. *In: Revista da ABET*, São Paulo, v.8, n.1, p.125-144, jan./jun. 2009.

LIMA, Wendell Teles de; SILVA, Iatiçara Oliveira da; SOUSA, Lucileyde Feitosa. Breve retrospectiva das estratégias: geopolítica de incorporação territorial da Amazônia brasileira. **Raega – O Espaço Geográfico em Análise**, v. 24, mar. 2012. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/26206>. Acesso em: 17 ago. 2018.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *In: Tempo Social; Revista de Sociologia da USP*, São Paulo-SP: maio de 1996. vol. 8, nº 1, p. 25-70. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20701996000100025&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 22 ago. 2018.

MARTINS, José de Souza. **O vôo das andorinhas**. Seminário Internacional sobre “Migrações temporárias na América Latina”. 1984.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *In: Estudos avançados*. 2001, v.15, n.43, p. 185-206. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a15.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2015.

RODRIGUES, Fernando da Silva; SILVA, Érica Sarmiento da. Estudos sobre colonização e imigração no norte do Brasil (1840-1930). *In: Revista de História Regional*. 2017. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>. Acesso em: 17 ago. 2018.

SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. A. **Desarrollo territorial rural**. Santiago: RIMISP, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. *In: SANTOS, Milton. et. al. (orgs.). Território territórios*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia Universidade Federal Fluminense, 2002. p. 7-13.

STEDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.